



MODELO DE REGIONALIZAÇÃO

PARA O PLANEJAMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS

Secretaria de Estado do
Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico



ALAGOAS
GOVERNO DO ESTADO

MODELO DE REGIONALIZAÇÃO

PARA O PLANEJAMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS

Secretaria de Estado do
Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha Catalográfica

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico.

**Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual
de Alagoas/** Seplande. – Maceió: Seplande, 2014.

66p. : il.; 23 cm.

1. Planejamento. 2. Economia. 3. Regionalização. 4. Divisão
Regional. I. Título.

CDU 33(813.5)

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada à fonte.

Disponível também em CD-ROM.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador

Teotônio Vilela Filho

Vice-Governador

José Thomaz Nêno

Secretário de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico

Luiz Otávio Gomes

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento

José Cândido do Nascimento

Superintendente de Planejamento e Políticas Públicas

Yara Correia Rebêlo Gonçalves

Gestor do Contrato

Márcio de Mendonça Melânia

EQUIPE IBAM

Superintendente Geral do IBAM

Paulo Timm

Supervisão Geral

Alexandre Carlos de Albuquerque Santos – Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES)

Núcleo de Coordenação

Bernardo Mercante Marques

Gustavo Rabello

Equipe de Consultores

Alan Jeferson da Silva – Consultor Técnico de Sistema de Informações Geográficas

João Lagüéns – Consultor Técnico em Geografia

Equipe Técnica

Kátia Silva

Louise Lima Storni

Eduardo Rodrigues Marins – Estagiário

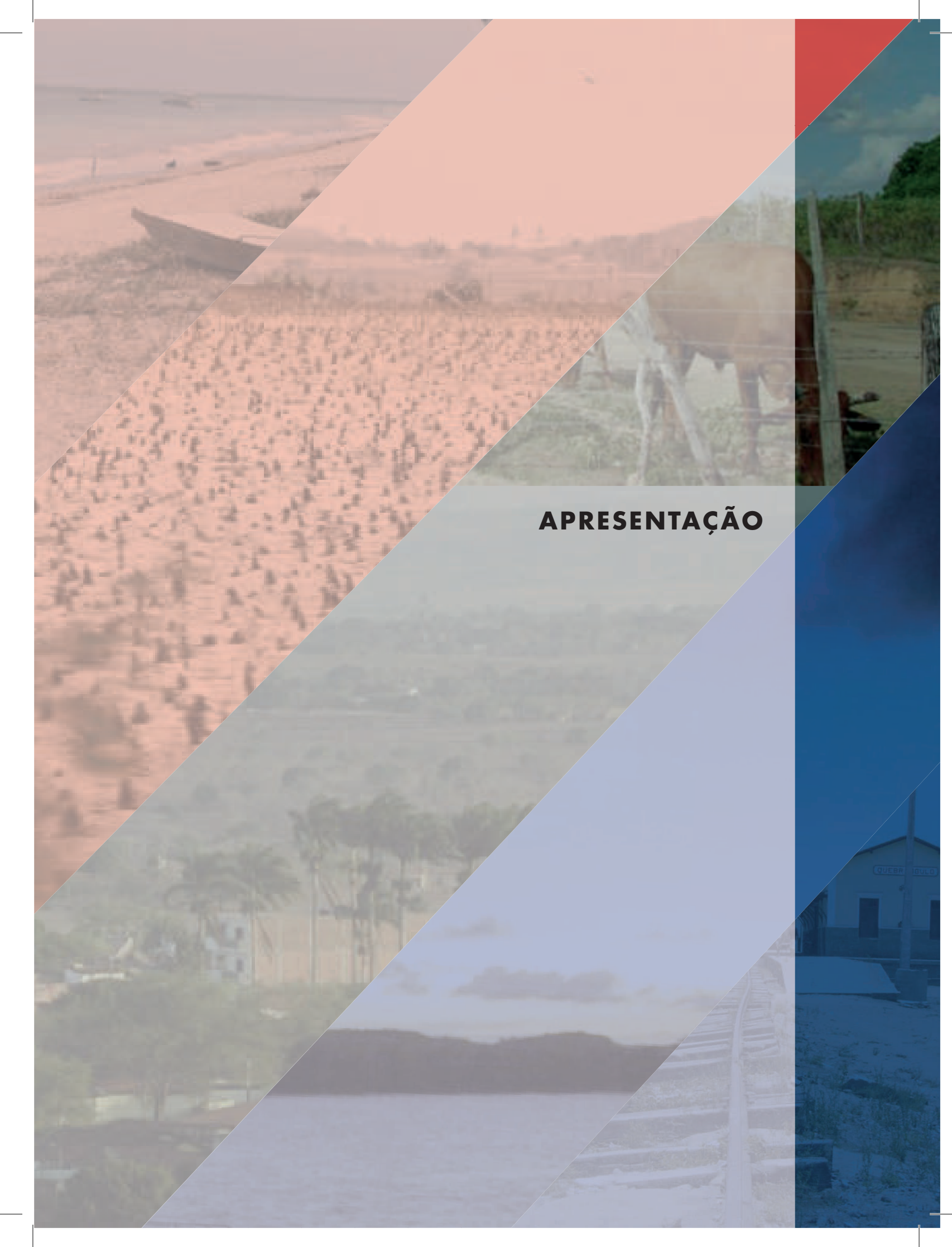
Lucas Cunha – Estagiário

Secretária DES

Flávia Lopes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
NOTA INTRODUTÓRIA	13
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	17
REGIÃO AGRESTE	27
REGIÃO DO ALTO SERTÃO	31
REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO	35
REGIÃO DO MÉDIO SERTÃO	39
REGIÃO METROPOLITANA	43
REGIÃO NORTE	47
REGIÃO DO PLANALTO DA BORBOREMA	51
REGIÃO SERRANA DOS QUILOMBOS	55
REGIÃO DOS TABULEIROS DO SUL	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
DECRETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MODELO DE REGIONALIZAÇÃO	67

The background of the page is a collage of four images, each occupying a quadrant separated by diagonal lines. The top-left quadrant shows a sandy beach with a small boat and a herd of cattle. The top-right quadrant shows a herd of cattle in a field. The bottom-left quadrant shows a tropical landscape with palm trees and a body of water. The bottom-right quadrant shows a building with a sign that reads "CASA DE ALUGAR" and a set of stairs leading up to it.

APRESENTAÇÃO

A problemática da divisão regional como instrumento de planejamento governamental, tem se mostrado um grande desafio para os governantes nas últimas décadas, dada a necessidade e a relevância de uma abordagem socioeconômica e histórica do problema. Trata-se de um debate clássico na economia regional, no planejamento regional e no campo da gestão pública em geral, na busca de alternativas para se estabelecer critérios aceitáveis de regionalização do território, o que envolve desde a simples aceitação da divisão regional preexistente até os mais complexos estudos técnicos científicos, que permitam uma abordagem mais fidedigna da realidade espacial.

As divisões regionais do Estado existentes no órgão central e nos diversos órgãos setoriais, foram criadas com critérios voltados para o atendimento de suas necessidades, portanto sem parâmetros que atendam as necessidades do planejamento global e regional. Como consequência, ocorre a falta de uma referência espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando a integração das ações setoriais, quanto à regionalização do plano plurianual e do orçamento. Nessa linha, o planejamento estatal deve nortear suas ações em consonância com as características e realidades de cada região, bem como induzir a iniciativa empresarial quanto às melhores oportunidades emergentes na realidade socioeconômica estadual e nas distintas macro áreas produtivas.

Este trabalho serviu para o aprofundamento dos estudos sobre o capital social e humano do território alagoano, que pode auxiliar na recuperação progressiva da capacidade de planejamento e de governabilidade, ampliando a consolidação da estratégia de desenvolvimento regional, como também se alinhou às diretrizes e prioridades em termos de desenvolvimento regional, expressas nas regionalizações existentes nas áreas de saúde, turismo, segurança pública e assim por diante, uma vez que tanto o PPA vigente quanto as bases dos modelos setoriais de regionalização já expressam um entendimento nesse sentido.

Ademais, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, órgão coordenador desse processo, quer promover a organização das regiões de planejamento, que tem como finalidade identificar os desafios, necessidades e potencialidades de cada região, a partir da visão dos diversos territórios, com a amplia-

ção das possibilidades do desenho das dinâmicas espaciais e territoriais de modo útil e racional para a organização político-territorial, com vistas à integração da gestão e das políticas públicas estaduais.

Este modelo representa, portanto, um esforço inicial que busca a consolidação de um modelo metodológico, para servir como instrumento efetivo para o planejamento do desenvolvimento regional no Estado.

Luiz Otávio Gomes

Secretário de Estado do Planejamento e
do Desenvolvimento Econômico.

NOTA INTRODUTÓRIA

E laborar um modelo de regionalização para o planejamento estadual é um desafio que demanda uma série de esforços de compreensão que devem abarcar tanto as referências conceituais usualmente utilizadas para a divisão do espaço para fins de planejamento, quanto o entendimento das principais características do território a ser pesquisado.

No caso específico da elaboração do Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas, tais esforços tiveram como objetivo estabelecer os parâmetros e as variáveis de base para o Modelo e propor um recorte espacial útil e racional para a organização político-territorial do planejamento do Estado, com vistas à integração da gestão e das políticas públicas estaduais.

Orientado por princípios e diretrizes de desenvolvimento que servem de base para o desenho e a implementação das políticas públicas estaduais, e que são fonte da organização do Plano Plurianual (PPA) e de outros instrumentos de planejamento em diversos setores da administração pública, pode-se dizer que o Modelo de Regionalização apresentado neste estudo se configura como um instrumento de planejamento que busca:

- O aperfeiçoamento do processo de planejamento estadual com base nas características, necessidades e especificidades regionais, facilitando a integração entre as políticas setoriais e provocando seu alinhamento;
- O fomento à elaboração de políticas públicas de redução das disparidades / desigualdades regionais internas e de interiorização do desenvolvimento;
- O apoio à formação de redes de cooperação intergovernamental com base nos contextos sociopolíticos e culturais dos territórios do Estado;
- A ampliação de sinergias e complementaridades com políticas e programas federais regionalizados e;
- O aumento da eficácia, da eficiência e da equidade na distribuição espacial de gastos e investimentos estaduais.

The background is a collage of four images separated by diagonal lines. The top-left image shows a sandy beach with a boat and a city in the distance. The top-right image shows a horse in a field. The bottom-left image shows a field of sheep. The bottom-right image shows a building with a sign that reads "CHURCH" and "SCHOOL".

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas é o resultado de dois movimentos metodológicos complementares:

1. **Polarização:** nesse movimento, tratou-se de reunir subsídios e realizar análises suficientes para viabilizar a eleição de uma série de municípios-pólo, levando-se em consideração sua importância socioeconômica efetiva ou potencial e sua localização no território, em um número compatível com as necessidades de planejamento e estruturação de políticas públicas de Alagoas.
2. **Regionalização:** nesse movimento, uma vez eleitos os municípios-pólo, tratou-se de determinar suas regiões de influência, permitindo assim a indicação dos municípios que deveriam compor cada uma das regiões de planejamento sugeridas.

Para permitir que esses dois movimentos pudessem ser operacionalizados da maneira mais adequada possível, foi utilizada uma modelagem estatística simples, que pudesse auxiliar na definição de um esqueleto básico para as tarefas de polarização e regionalização, mas que fosse flexível e demandasse um conjunto de análises e interpretações de seus resultados, de modo a permitir a fácil inserção de elementos interpretativos de caracterização do território em sua lógica de funcionamento.

Para propor o **Modelo Formal** de que estamos tratando, utilizou-se como base (inserindo-se algumas modificações) a metodologia de regionalização proposta, reiteradas vezes, por Lemos *et al.* (1999, 2000, 2003), Garcia e Nogueira (2007), Garcia *et al.* (2004), Garcia e Lemos (2009) e no Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento (Ministério do Planejamento, 2008).

Essa metodologia, compartilhando as mesmas bases teórico-conceituais utilizadas neste estudo, parte dos fundamentos da Teoria das Localidades Centrais para propor a aplicação de um modelo gravitacional que possibilite a identificação de pólos e áreas de influência, com base no potencial de interação e na hierarquia de atração econômica entre diferentes unidades espaciais. Ainda que boa parte desses estudos tenha se dedicado a identificar tais padrões na relação entre diferentes regiões e microrregiões, a disponibilidade de dados municipais e um conjunto de ajustes na metodologia permitiram utilizar a mesma lógica metodológica para os municípios do Estado de Alagoas.

Assim, obviamente, a unidade espacial básica utilizada no Modelo Formal foi o Município, tendo em vista a necessidade de estabelecer regiões de planejamento com base na divisão político-administrativa do Estado.

O primeiro procedimento utilizado para a aplicação do Modelo foi o de estabelecer – com base na metodologia acima citada – um índice que pudesse hierarquizar os municípios alagoanos em consonância com as bases conceituais definidas para o Modelo de Regionalização, ou seja, permitindo uma visualização clara dos municípios considerados como municípios-polo. O critério de hierarquização utilizado, respaldado na literatura sobre o tema, foi o **Índice de Terciarização (IT)**.

Esse índice pretende, com base na importância relativa do setor de serviços na economia de uma determinada unidade espacial – matizada e corrigida pela escala de importância da atividade econômica total de cada uma no conjunto das unidades analisadas –, ser um indicador fiel dos municípios que, a princípio, possuem características indutoras, dinamizadoras e de capacidade de atração e transbordamento de atividades econômicas.

A ênfase no setor de serviços está em consonância e resulta do trabalho sobre as bases conceituais e metodológicas definidas para o Modelo de Regionalização, uma vez que a idéia de *lugar central* está diretamente relacionada à importância e à complexidade do setor terciário, e com a função de centro provedor de serviços que pode assumir um determinado território.

Para calcular o Índice de Terciarização (IT) foram utilizados os dados desagregados de PIB Municipal (IBGE, 2010), que nos permitem uma visão precisa da participação de cada setor na atividade econômica total, fornecendo o Valor Agregado (VA) de cada um deles no PIB total para cada município.

A utilização desses dados constitui um ajuste que consideramos necessário à metodologia clássica a que nos referimos, que costuma trabalhar com dados de massa de rendimentos de cada setor. Os dados de rendimento não são apresentados por setor no último Censo Demográfico (IBGE, 2010) e os dados existentes na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estão restritos ao mercado formal, o que poderia descaracterizar a análise, em especial para o caso de Alagoas.

Assim, o Índice de Terciarização foi calculado com base na fórmula abaixo, proposta por Lemos (1991) e adaptada para trabalhar com os dados do PIB Municipal:

$$IT = \frac{VA \text{ PIB SERVIÇOS}}{PIB \text{ TOTAL}}$$

Onde **(IT)** é o Índice de Terciarização para um determinado município, **(VA PIB SERVIÇOS)** é o Valor Adicionado Bruto do setor de serviços do mesmo município para o ano de 2010, e **(PIB TOTAL)** é o valor total do PIB do mesmo município para o ano de 2010.

Ainda que o IT assim calculado nos dê um panorama da participação do setor de serviços no total da atividade econômica, seu resultado cria distorções importantes. Um exemplo: pequenos municípios, pouco dinâmicos em termos de atividade econômica, podem obter um alto índice, se a participação do setor de serviços for maior do que a dos outros setores, por conta do pouco dinamismo da economia em geral. É evidente que, nesses casos, a hierarquização que justifica o cálculo do índice não pode ser fiel à realidade. É necessário corrigir o índice.

Nas palavras de Lemos *et al.* (2003):

A solução encontrada para contornar essa dificuldade metodológica foi obter um indicador de terciarização com lastro produtivo, ou seja, que expressa não apenas uma elevada oferta de atividades terciárias, mas também o volume de atividades diretamente produtivas.

Assim, tais autores propuseram um fator de ponderação para o IT que, no nosso caso, tem como base os produtos totais dos municípios. Utiliza-se um conversor logarítmico de escala que atribui o fator 0,95 ao maior PIB entre o conjunto de municípios (Maceió), denominado PIB referencial. O cálculo para os demais municípios se dá considerando a proporção logarítmica inversa, como se pode observar na fórmula abaixo, proposta pelos autores e adaptada para os termos deste estudo:

$$\text{PIB TOTAL}_c = 1 - e^{-\left\{ \frac{-\ln(0.05)}{\text{PIB TOT.}_{ref}} * \text{PIB TOTAL}_i \right\}}$$

Encontra-se aí o PIB total convertido (**PIB TOTAL c**), com base no cálculo sobre o PIB total de referência (**PIB TOT. ref**) e o PIB total do município que está sendo analisado.

Assim, pode-se corrigir o IT, obtendo o Índice de Terciarização Corrigido (**IT***), com base na seguinte fórmula:

$$\text{IT}^* = \text{IT} * \text{PIB TOTAL}_c$$

Assim, o movimento de polarização atinente a este estudo foi feito com base no trabalho interpretativo sobre os valores do IT* (Índice de Terciarização Corrigido). Abaixo podemos ver a tabela resultante do processo de polarização, que apresenta o IT* dos municípios alagoanos escolhidos como municípios-pólo e, portanto, utilizados como base para o processo de regionalização.

CLASSIFICAÇÃO POR IT*	NOME DO MUNICÍPIO	PIB 2010 (R\$ 1.000)	VA PIB 2010 SERVIÇOS (R\$ 1.000)	IT	IT*
1	Maceió	12.114.090,37	8.084.010,35	0,667	0,634
2	Arapiraca	1.881.363,03	1.317.603,40	0,700	0,261
3	Palmeira dos Índios	416.673,47	287.876,57	0,691	0,068
5	São Miguel dos Campos	609.591,56	262.807,44	0,431	0,060
6	União dos Palmares	379.843,61	255.032,32	0,671	0,060
7	Penedo	355.388,53	242.612,80	0,683	0,057
10	Delmiro Gouveia	313.208,40	187.258,58	0,598	0,045
11	Santana do Ipanema	220.253,88	171.351,95	0,778	0,041
20	Maragogi	129.996,86	89.029,76	0,685	0,022

Dentro do escopo do Modelo Formal, ainda, e seguindo-se ao esforço de polarização, procedeu-se ao movimento de regionalização. Esse trabalho foi realizado com base no cálculo de outro índice, o Índice Potencial de Interação Econômica (IE) entre duas unidades espaciais. A saber, tal cálculo foi efetuado entre aqueles municípios-pólo definidos no processo de polarização e todos os outros municípios do Estado.

O cálculo do IE consiste, portanto, na estimação da força de atração das unidades espaciais consideradas municípios-pólo frente aos demais municípios, na razão direta de suas atividades econômicas (PIB total) e na razão inversa do quadrado de suas distâncias. Temos, portanto, a seguinte fórmula:

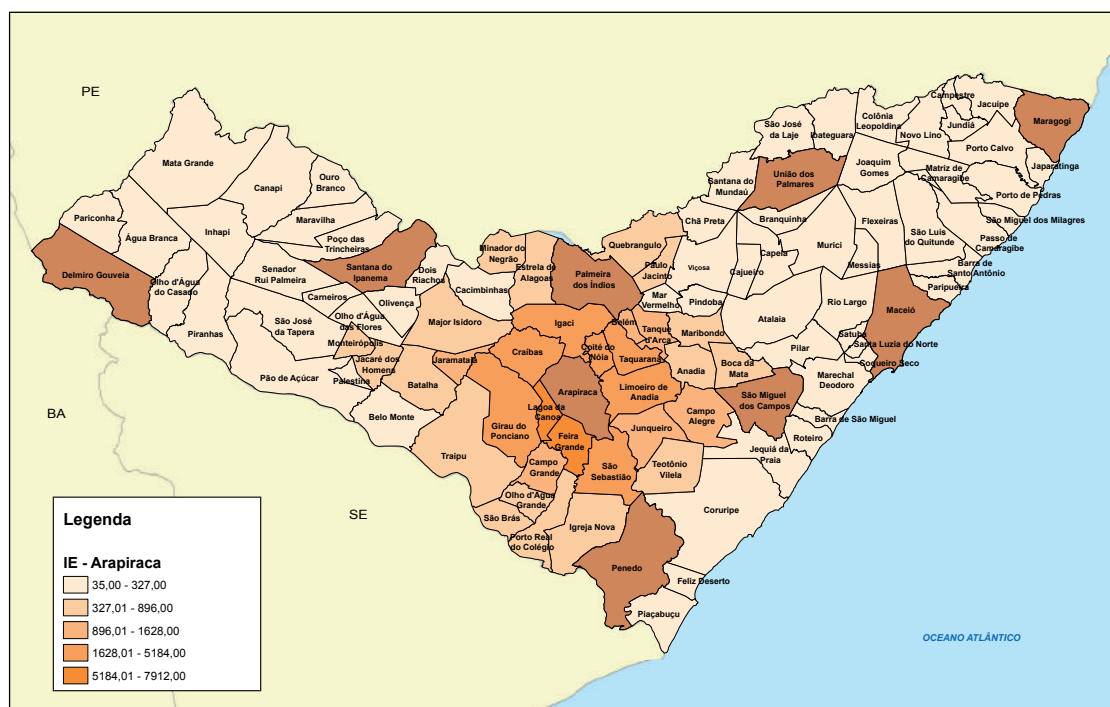
$$ie = \frac{\sum PIB\ TOTAL_{ij}}{D_{ij}^2}$$

Onde (IE) é o Índice Potencial de Interação Econômica entre dois municípios, sendo um deles considerado município-pólo, (**PIB TOTAL i j**) o PIB total dos dois municípios, e (**D i j**) a distância rodoviária entre eles.

É importante frisar que, para o cálculo das distâncias entre os municípios-pólo e todos os outros municípios, foram utilizadas as ferramentas da base rodoviária digital *google maps*, corrigidas para cada caso com base na análise da base cartográfica digital do Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) de 2010 e na experiência da equipe que realizou o estudo de circular por todo o Estado durante o período de levantamento de campo.

Essas correções são necessárias, tendo em vista que a lógica econômica do índice em questão se relaciona com a mensuração aproximada do tempo de deslocamento entre duas unidades espaciais e do seu custo de transporte. Assim, para o cálculo da distância foram considerados deslocamentos por via rodoviária em estradas asfaltadas, com pouquíssimas exceções para os casos em que tal regra não poderia ser aplicada por não existirem acessos asfaltados.

Para o Índice Potencial de Interação Econômica, também foram elaborados cartogramas de análise para cada município-pólo, como no exemplo apresentado abaixo (Arapiraca), como subsídio para o processo de regionalização, que utilizou também outros fatores de caracterização do território como base para as decisões tomadas.



O Modelo Formal deve ser encarado como instrumento de primeira importância na definição e justificação das opções de regionalização, mas seus resultados, quando isolados e livres de análise e interpretação, não devem ser considerados *vinculantes* na tarefa de definição dos municípios-pólo e suas regiões de influência.

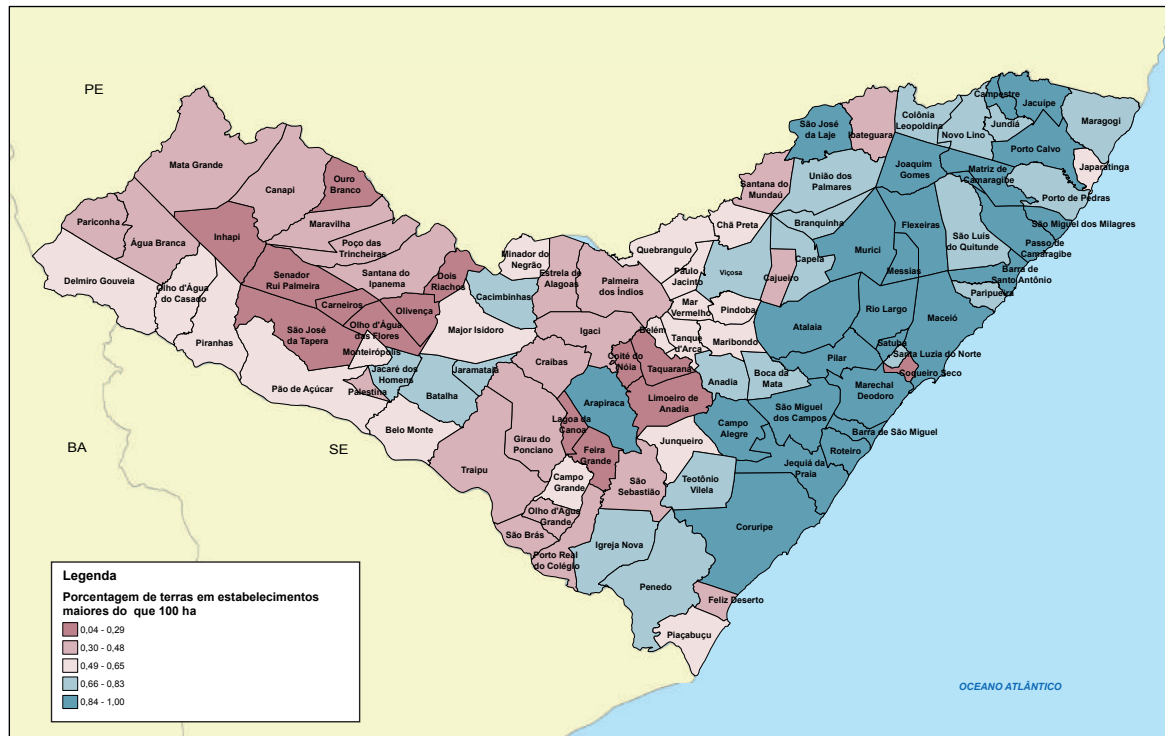
Sua utilidade não é capturar dinâmicas de polarização *absolutas* e estabelecer um ranking frio de municípios; o Modelo Formal está subordinado à necessidade de definir Regiões de Planejamento que sejam funcionais à atuação concreta da administração pública em sua tarefa de estruturar e executar políticas, programas e projetos.

Assim, ainda que conforme o Modelo Formal tenhamos uma área significativa do território sem nenhum município com características de *lugar central* (pólo), isso não quer dizer que tal espaço não possa ser definido como uma região de planejamento específica, e que não se possa neles reconhecer centros com características que os tornam lugares potencialmente indutores e capazes de assumir funções polarizadoras. O caso do Litoral Norte de Alagoas é bastante ilustrativo nesse sentido.

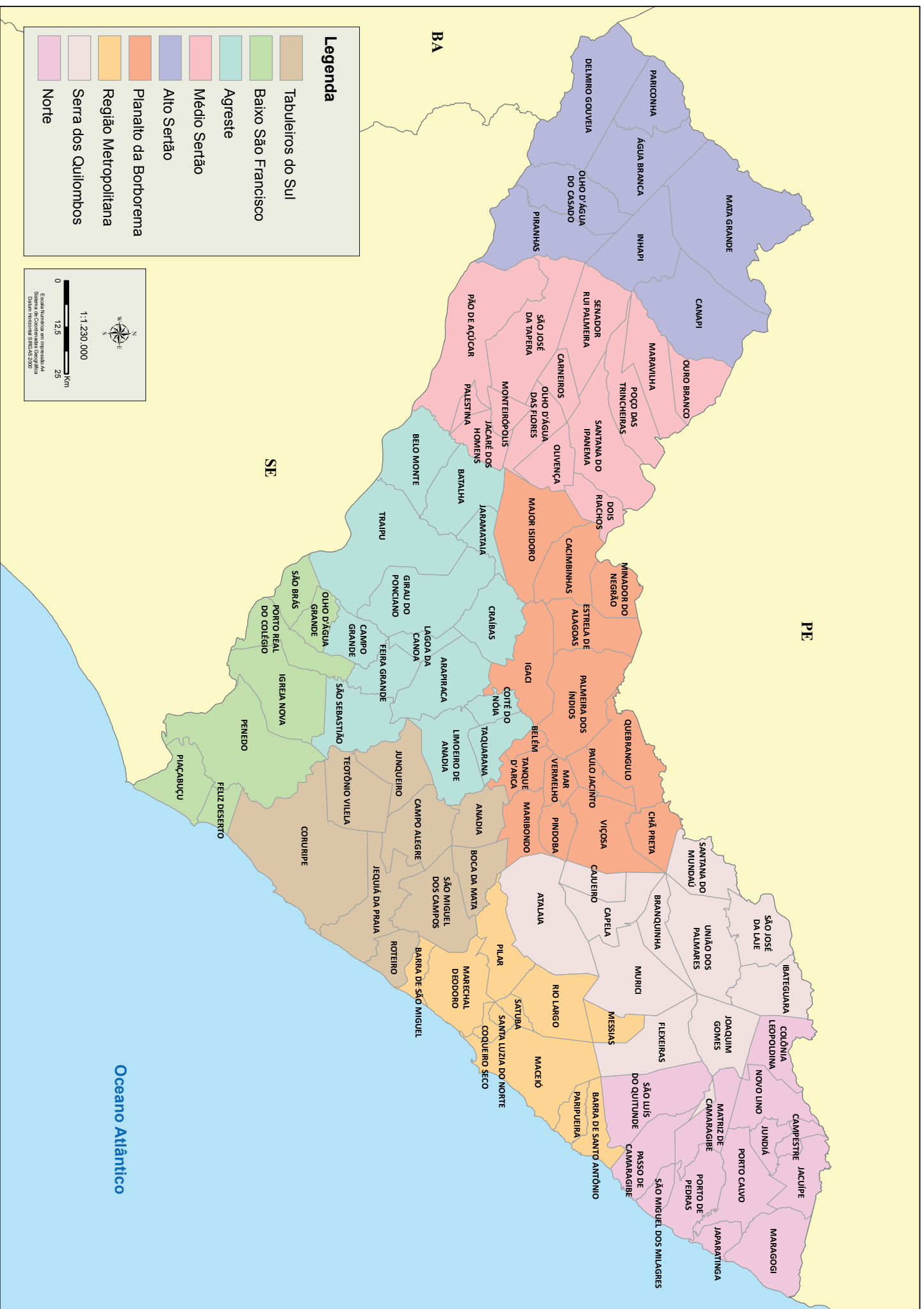
Da mesma forma, o tratamento dos resultados de um Modelo Formal de forma absoluta e intransigente, na escala do Estado de Alagoas, poderia se transformar em uma armadilha. Se utilizássemos a mesma escala e os mesmos critérios para analisar todos os resultados da modelagem, só confirmaríamos aquilo que se sabia por outros meios: que a concentração de serviços de alta complexidade e de estruturas de gestão do território é imensa nos municípios de Maceió e, um degrau abaixo, de Arapiraca.

Por isso foi muitas vezes necessário, para capturar dinâmicas territoriais importantes em um nível que podemos chamar de *microrregional*, fazer análises comparativas (e inserir no corpo do Modelo Formal elementos de outras camadas de análise) *entre pólos de escala semelhante*.

Exatamente por isso, e para que essa análise interpretativa do Modelo Formal pudesse ser inteligível, foram realizadas uma série de análises de caracterização do território que, ao contextualizar as dinâmicas demográficas e socioeconômicas de Alagoas com base em indicadores e apoiando-se em uma série de cartogramas de análise, prepararam o terreno para as decisões de polarização e regionalização tomadas para construir a proposta de Modelo de Regionalização. Vejamos, abaixo, um exemplo de cartograma utilizado para capturar elementos da estrutura fundiária do Estado.

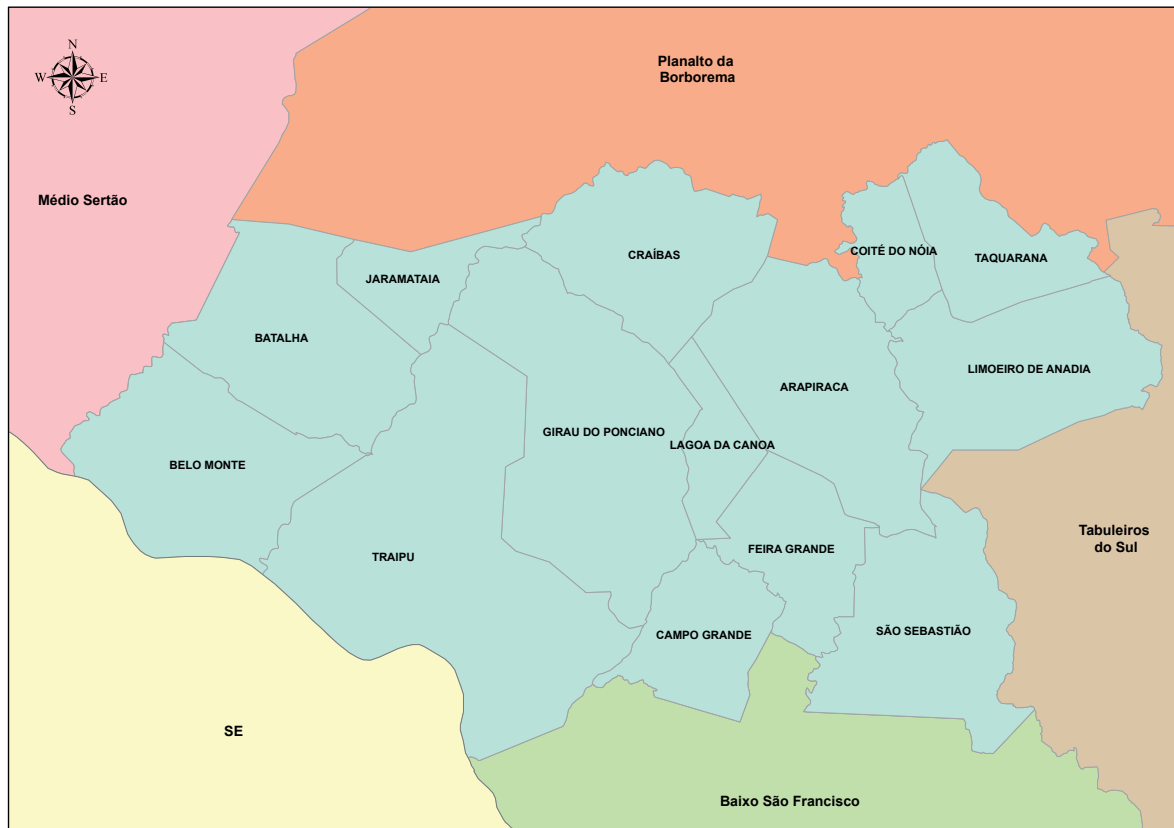


As análises de caracterização do território têm, portanto, relação estreita com a definição dos municípios-pólo e com as escolhas de regionalização – assim como as impressões colhidas nas atividades de campo feitas pela equipe que realizou a pesquisa e o trabalho sobre as bases conceituais dos modelos de regionalização setoriais existentes. Esse conjunto tornou a análise mais complexa e pôde confirmar ou contradizer os resultados do Modelo Formal, gerando subsídios importantes para o esforço de interpretação que consolidou a regionalização proposta.



REGIÃO DO AGRESTE





A **Região do Agreste** é polarizada por Arapiraca, principal centro de comércio e serviços do interior do Estado, cidade com forte crescimento populacional e econômico nos últimos anos. Com seu entorno imediato tradicionalmente ligado à produção de fumo e à pequena propriedade rural, Arapiraca hoje se diversificou e concentra e distribui fluxos importantes em todo o Agreste e Sertão alagoanos.

Esse crescimento, manifesto em sua expansão urbana e em suas grandes feiras, fez com que sua área de influência fosse crescendo cada vez mais, oferecendo grandes desafios às tarefas de regionalização – deve-se aproveitar seu dinamismo, mas sem ofuscar o papel de outros centros microrregionais.

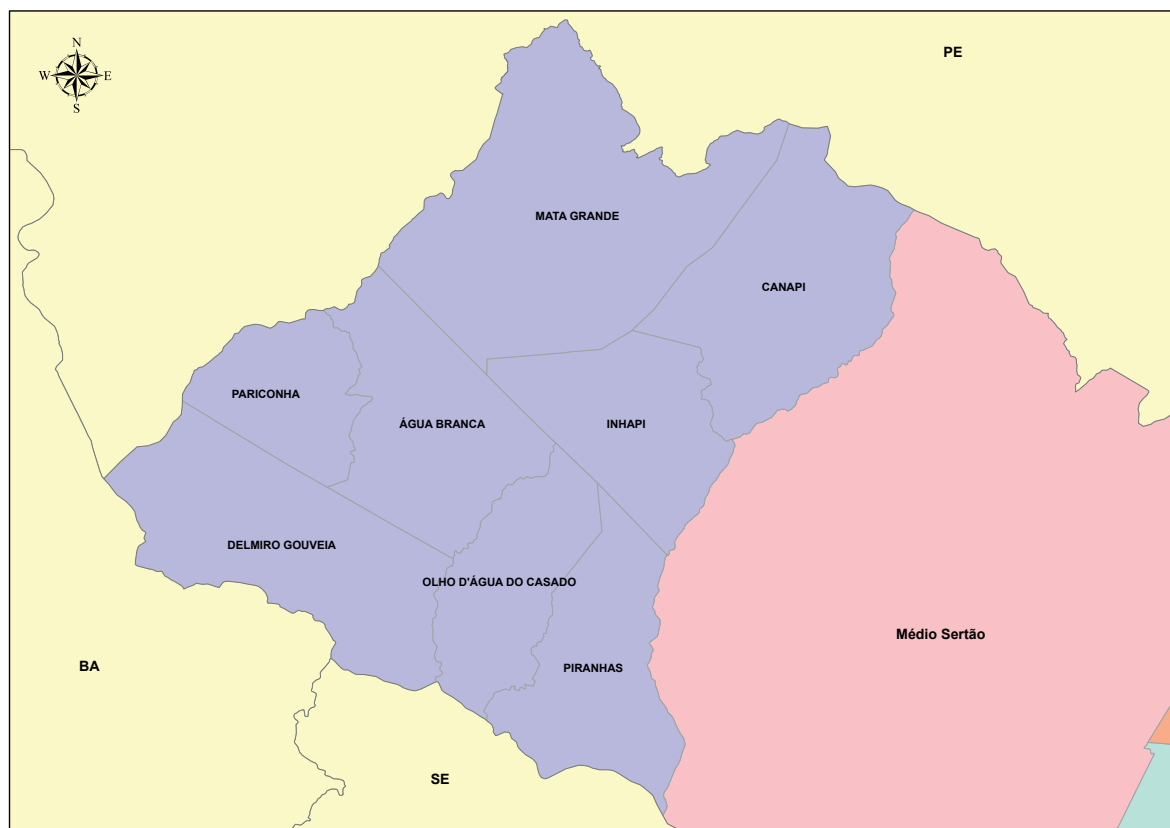
A teia de relações funcionais de Arapiraca fez com que se decidisse, inclusive, articular parte do Rio São Francisco e do Vale do Rio Ipanema em sua região polarizada, como se vê no caso dos municípios de Batalha, Belo Monte e Traipu, ilustrando também a importância crescente da região na pecuária. O Agreste, com exceção de Arapiraca, tem a maior parte de seus municípios com alto índice de dependência relativa de transferências inter-governamentais, o que aumenta ainda mais a necessidade de se aproveitar as dinâmicas provenientes do município de Arapiraca.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DO AGRESTE	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	466.164
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	9,57%
População Urbana 2010 (%)	57,2%
IDH-M Médio 2010 Total	0,551
IDH-M Médio 2010 Renda	0,534
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,732
IDH-M Médio 2010 Educação	0,430
Taxa de Alfabetização 2010	66,6%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	2.821.311,83
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	12,69%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	7,10%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	70,86%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	31,70%
PIB per capita 2010 (R\$)	6.052,20
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	23%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	22%

REGIÃO DO AGRESTE	
Arapiraca	Girau do Ponciano
Batalha	Jaramataia
Belo Monte	Lagoa da Canoa
Campo Grande	Limoeiro de Anadia
Coite do Nória	São Sebastião
Craíbas	Taquarana
Feira Grande	Traipú

REGIÃO DO ALTO SERTÃO





A **Região do Alto Sertão** é polarizada por Delmiro Gouveia, centro urbano de crescimento recente e com grande importância regional por sua estrutura cada vez maior de comércio e serviços. Aproveitando as dinâmicas vindas do Estado da Bahia e dos investimentos de grande porte do setor de energia, Delmiro possui também crescente vocação para indústrias de pequeno porte.

O Alto Sertão, historicamente associado com a agricultura familiar tradicional e a pecuária de corte (destaque-se aqui o crescimento recente da pecuária de ovinos e caprinos), deve ser visto também como um território de grande vocação para o turismo regional. Sua região serrana concentra um acervo importante de patrimônio histórico e arquitetônico e, às margens do Rio, esse patrimônio está articulado com cenários de grande beleza, como os Cânions do São Francisco.

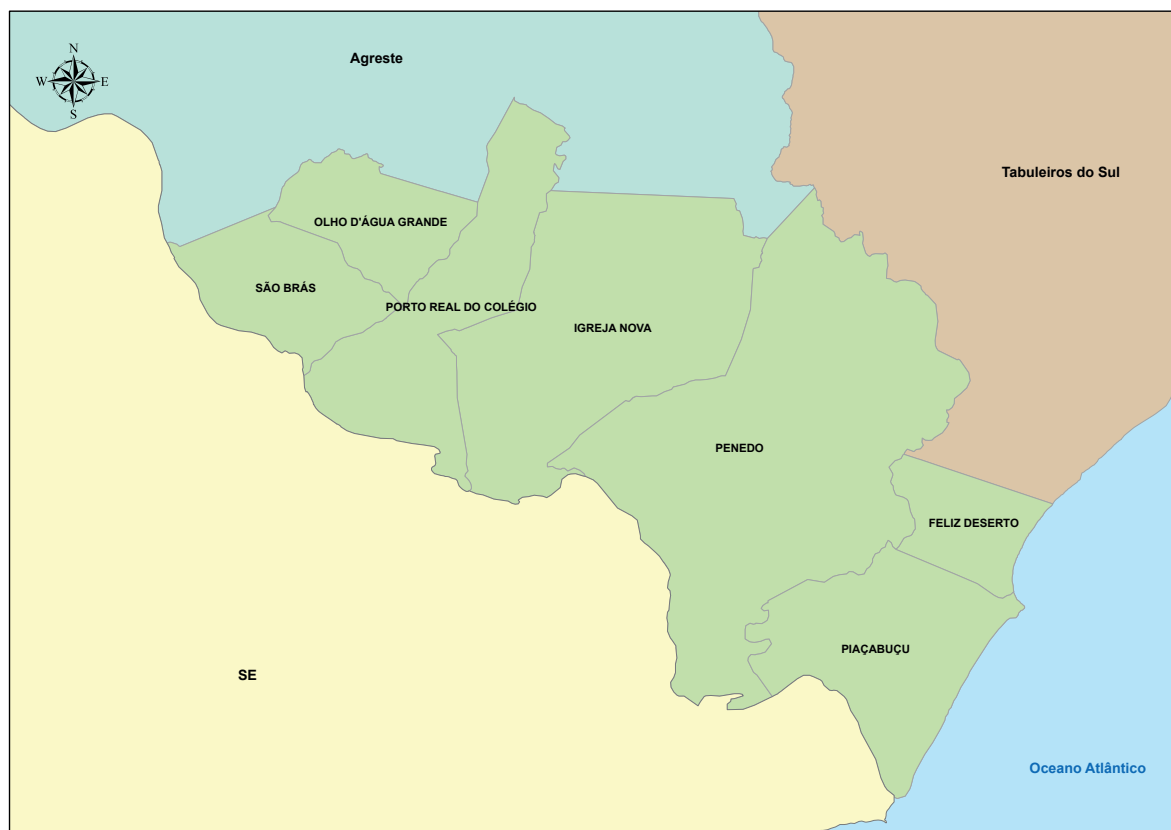
Nesta Região, Piranhas e Delmiro Gouveia destacam-se claramente no espaço de todo o Sertão, em termos de sua pouca dependência relativa de transferências intergovernamentais, resultado da participação do setor industrial, e sua região serrana contém características econômicas um pouco distintas dos municípios do Médio Sertão, com a presença da fruticultura ao lado das culturais mais tradicionais do milho, do feijão e da mandioca.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DO ALTO SERTÃO	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	169.119
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	5,18%
População Urbana 2010 (%)	46,05%
IDH-M Médio 2010 Total	0,540
IDH-M Médio 2010 Renda	0,532
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,744
IDH-M Médio 2010 Educação	0,400
Taxa de Alfabetização 2010	69,1%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	726.577,24
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	18,74%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	6,13%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	70,20%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	46,36%
PIB per capita 2010 (R\$)	4.296,25
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	1%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	46%

REGIÃO DO ALTO SERTÃO	
Água Branca	Mata Grande
Canapi	Olho D'água do Casado
Delmiro Gouveia	Pariconha
Inhapi	Piranhas

BAIXO SÃO FRANCISCO





A **Região do Baixo São Francisco**, banhada pelo Velho Chico e também pelo litoral oceânico, tem em seu patrimônio natural, cultural e arquitetônico uma característica marcante. Com sua história marcada pelo fato de ter sido importante entreposto comercial entre o norte e o sul do Brasil, a cidade de Penedo ainda mantém um papel microrregional importante, e deve ser objeto de políticas específicas que a valorizem como centro de serviços e centro polarizador do turismo regional.

A Região do Baixo São Francisco é marcada pelas dinâmicas que vem do Estado de Sergipe e pela presença da agricultura irrigada e da economia da cana-de-açúcar, ainda que com participação não tão significativa. Além disso, sua parte litorânea, com belas praias e dunas até a foz do Rio São Francisco, deve ser valorizada como complemento perfeito à beleza arquitetônica e importância histórica da região.

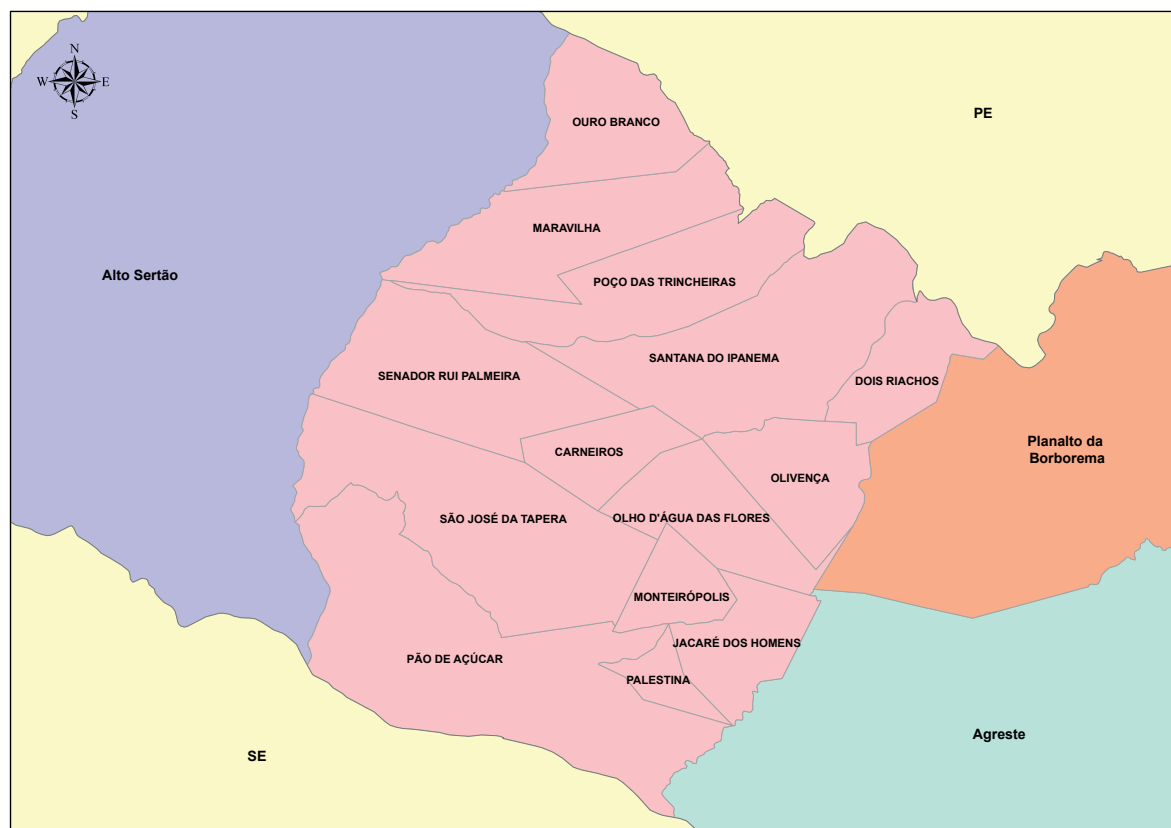
Com a maior parte de seus municípios apresentando baixas taxas (ou taxas negativas) de crescimento demográfico entre 2000 e 2010, mas com o município de Penedo mantendo sua posição entre as dez maiores cidades de Alagoas, em termos de população e economia, torna-se altamente relevante nesta Região a reativação de dinâmicas que possam aproveitar a infraestrutura instalada para retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social da Região.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	136.227
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	5,45%
População Urbana 2010 (%)	54,84%
IDH-M Médio 2010 Total	0,566
IDH-M Médio 2010 Renda	0,538
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,735
IDH-M Médio 2010 Educação	0,459
Taxa de Alfabetização 2010	69,2%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	756.019,32
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	18,23%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	13,81%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	62,54%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	36,62%
PIB per capita 2010 (R\$)	5.549,70
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	80%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	2%

REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
Feliz Deserto	Piaçabucu
Igreja Nova	Porto Real do Colégio
Olho D'água Grande	São Brás
Penedo	

REGIÃO DO MÉDIO SERTÃO





A **Região do Médio Sertão**, no coração da caatinga e avançando até o Rio São Francisco, é polarizada por Santana do Ipanema que, embora relativamente decadente, divide com Arapiraca, Palmeira dos Índios e, em menor medida, Delmiro Gouveia, o papel de centro urbano provedor de serviços para os municípios do Sertão alagoano.

Assim como nas regiões vizinhas, no Médio Sertão a pecuária de corte e de leite e a agricultura familiar tradicional compõem o cenário das atividades econômicas principais, convivendo com uma situação generalizada de pobreza urbana, acentuada pelas grandes secas dos últimos anos e, felizmente, atenuada pelo peso das transferências intergovernamentais e programas de transferência de renda.

Com a produção de leite respondendo por 78% do valor da produção agropecuária regional, e com alto índice de dependência das transferências intergovernamentais nas receitas dos seus municípios, o Médio Sertão deve ter como prioridade, nas políticas de desenvolvimento regional, recuperar o dinamismo de Santana do Ipanema e investir em seu papel polarizador, assim como a busca de um melhor aproveitamento de sua vocação pecuária e de alternativas de inclusão produtivas e acesso à água.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DO MÉDIO SERTÃO

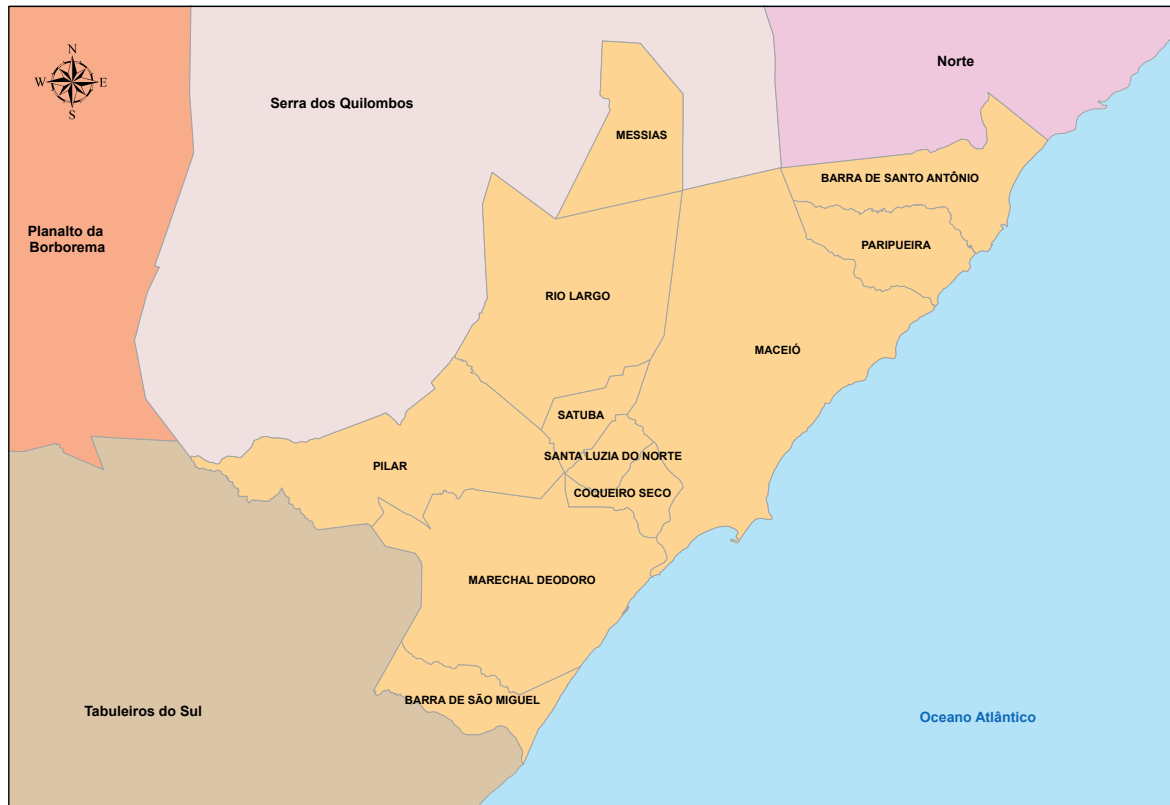
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	214.987
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	3,06%
População Urbana 2010 (%)	48,05%
IDH-M Médio 2010 Total	0,548
IDH-M Médio 2010 Renda	0,523
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,733
IDH-M Médio 2010 Educação	0,430
Taxa de Alfabetização 2010	70%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	837.215,23
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	10,05%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	9,07%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	76,37%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	49,81%
PIB per capita 2010 (R\$)	3.894,25
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	–
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	78%

REGIÃO DO MÉDIO SERTÃO

Carneiros	Ouro Branco
Dois Riachos	Palestina
Jacaré dos Homens	Pão de Açúcar
Maravilha	Poço das Trincheiras
Monteirópolis	Santana do Ipanema
Olho D'água das Flores	São José da Tapera
Oliveira	Senador Rui Palmeira

REGIÃO METROPOLITANA





A **Região Metropolitana** tem como uma de suas características principais a convivência entre diversas atividades econômicas. Polarizado pela capital, e fortemente dependente de sua estrutura de comércio e serviços (que em grande medida impacta todo o Estado), podemos encontrar nesse território também um importante complexo industrial, a presença da economia da cana-de-açúcar e forte atividade turística.

A definição dessa região teve como base o marco institucional que define os municípios da Região Metropolitana de Maceió, com exceção do município de São Miguel dos Campos, cuja importância e complementaridade com outros territórios fizeram com que fosse considerado um polo separado.

Os problemas típicos dos aglomerados urbanos e a articulação entre diversos setores econômicos (além de sua grande influência para além de seus limites) fazem com que a Região Metropolitana seja objeto privilegiado de políticas de desenvolvimento regional.

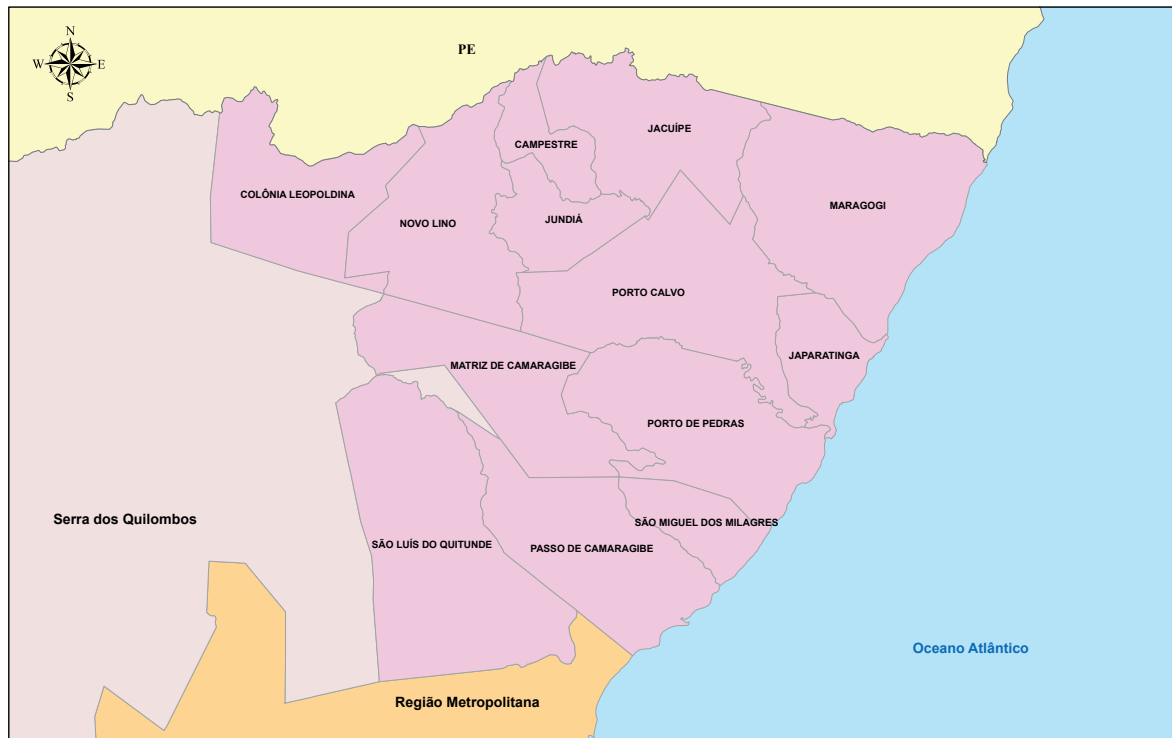
Região com maior concentração populacional e maior participação no conjunto da economia do Estado, notadamente pela presença de Maceió e Marechal Deodoro (primeira e terceira economias de Alagoas em termos de Produto Interno Bruto, e os dois maiores PIB per capital do Estado), essa centralidade também se manifesta na baixa participação relativa das transferências intergovernamentais no total de receitas dos municípios da Região.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO METROPOLITANA	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	1.124.006
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	14,46%
População Urbana 2010 (%)	97,83%
IDH-M Médio 2010 Total	0,619
IDH-M Médio 2010 Renda	0,609
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,768
IDH-M Médio 2010 Educação	0,507
Taxa de Alfabetização 2010	78,8%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	13.902.207,36
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	20,41%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	1,16%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	64,44%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	15,98%
PIB per capita 2010 (R\$)	12.022,35
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	96%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	1%

REGIÃO METROPOLITANA	
Barra de Santo Antônio	Paripueira
Barra de São Miguel	Pilar
Coqueiro Seco	Rio Largo
Maceió	Santa Luzia do Norte
Marechal Deodoro	Satuba
Messias	

REGIÃO NORTE





A **Região Norte** é composta por dois territórios com características distintas, cuja articulação rodoviária e proximidade com as dinâmicas provenientes do Estado de Pernambuco criam um conjunto de potencialidades de articulação, fator determinante para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento regional que busquem sua integração.

Polarizada pelas dinâmicas recentemente concentradas em Maragogi, a faixa litorânea tem enorme potencialidade do ponto de vista do turismo e da agricultura familiar, além da presença massiva – como em toda a Zona da Mata alagoana e, no caso desta região principalmente nos municípios de Porto Calvo, São Luís do Quitunde e Matriz de Camaragibe – da economia da cana de açúcar.

Sua articulação com os municípios serranos de baixo dinamismo econômico, mais ao norte (Colônia Leopoldina, Novo Lino, Jundiá, Campestre e Jacuípe), deve ser trabalhada visando a melhoria das condições socioeconômicas de todo o território da Região.

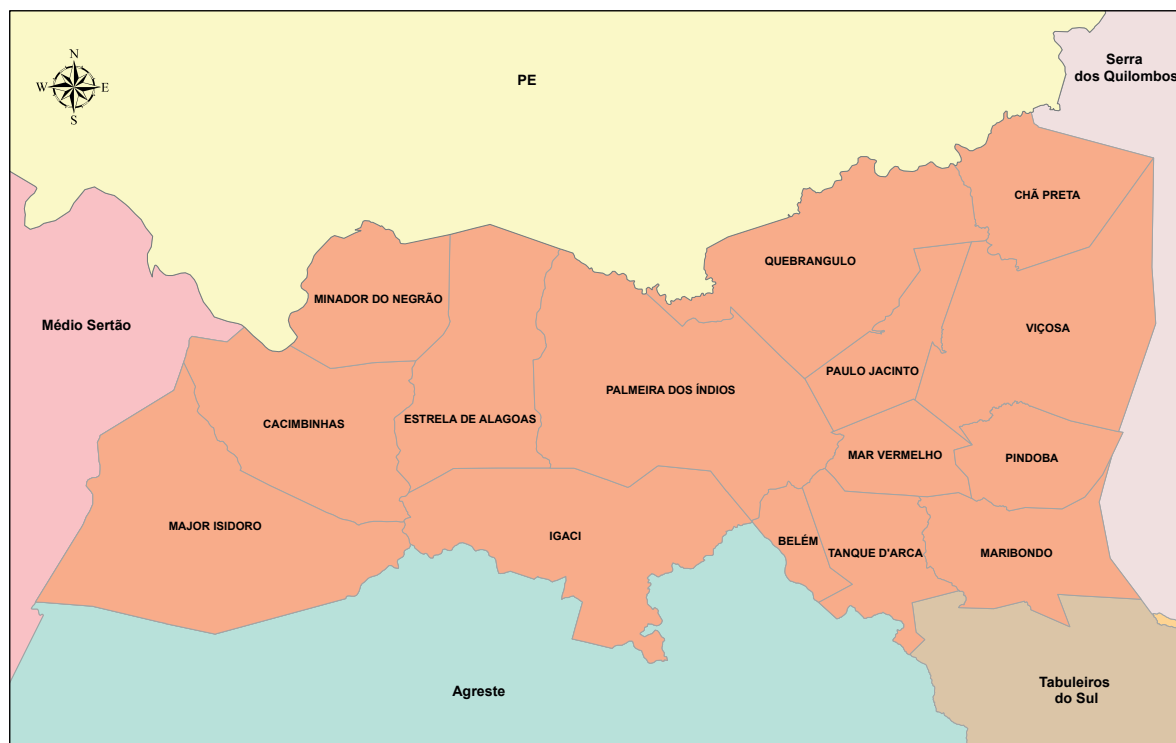
Os problemas de articulação rodoviária entre esses municípios serranos e outros com características físicas semelhantes, integrados à Região Serrana dos Quilombos, subsidiaram a decisão de agregá-los ao território polarizado por Maragogi, município que apresentou um dos maiores crescimentos demográficos do Estado entre 2000 e 2010 e esteve entre os dez municípios que mais receberam migrantes entre 2005 e 2010, estabelecendo-se como principal cidade alagoana desse conjunto fortemente marcado pela economia da cana e pelo turismo, em termos de estrutura de serviços e potencial de crescimento.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO NORTE	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	198.639
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	8,14%
População Urbana 2010 (%)	67,70%
IDH-M Médio 2010 Total	0,556
IDH-M Médio 2010 Renda	0,547
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,731
IDH-M Médio 2010 Educação	0,430
Taxa de Alfabetização 2010	70,9%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	1.038.812,01
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	17,10%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	17,59%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	60,14%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	39,79%
PIB per capita 2010 (R\$)	5.229,65
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	91%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	1%

REGIÃO NORTE	
Campestre	Novo Lino
Colônia Leopoldina	Passo de Camaragibe
Jacuípe	Porto Calvo
Japaratinga	Porto de Pedras
Jundiá	São Luís do Quitunde
Maragogi	São Miguel dos Milagres
Matriz de Camaragibe	

REGIÃO DO PLANALTO DA BORBOREMA





A **Região do Planalto da Borborema** deve ser entendida como uma região em transição. O movimento da pecuária de leite (e de sua indústria associada), acompanhando movimentos verificados em outros estados do Nordeste, tem se inclinado cada vez mais para essa região, ainda que associados com a importância da mesma atividade em todo o Agreste e Sertão.

Polarizada por Palmeira dos Índios, cidade importante que, mesmo com a proximidade com Arapiraca, mantém relações funcionais relevantes com os municípios do entorno por conta de sua estrutura de comércio e serviços, a Região do Planalto da Borborema agrega em seu território alguns municípios que, do ponto de vista físico, não pertencem ao Agreste.

Por conta de facilidades de articulação rodoviária – e do movimento da produção de leite acima mencionado – alguns municípios de transição Agreste/Zona da Mata, e inclusive da Zona da Mata foram incluídos nessa região, como é o caso de Viçosa, também importante centro sub-regional.

Além de Palmeira dos Índios ter a terceira maior população de Alagoas e o sétimo maior PIB do Estado (atrás apenas de Maceió, Arapiraca e municípios da Região Metropolitana e do eixo altamente dinâmico Coruripe-São Miguel dos Campos), a importância do Planalto da Borborema pode ser vista também no fato de que Major Isidoro e Palmeira dos Índios serem os municípios que participam com maior valor de produção de leite em todo o espaço alagoano.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DO PLANALTO DA BORBOREMA

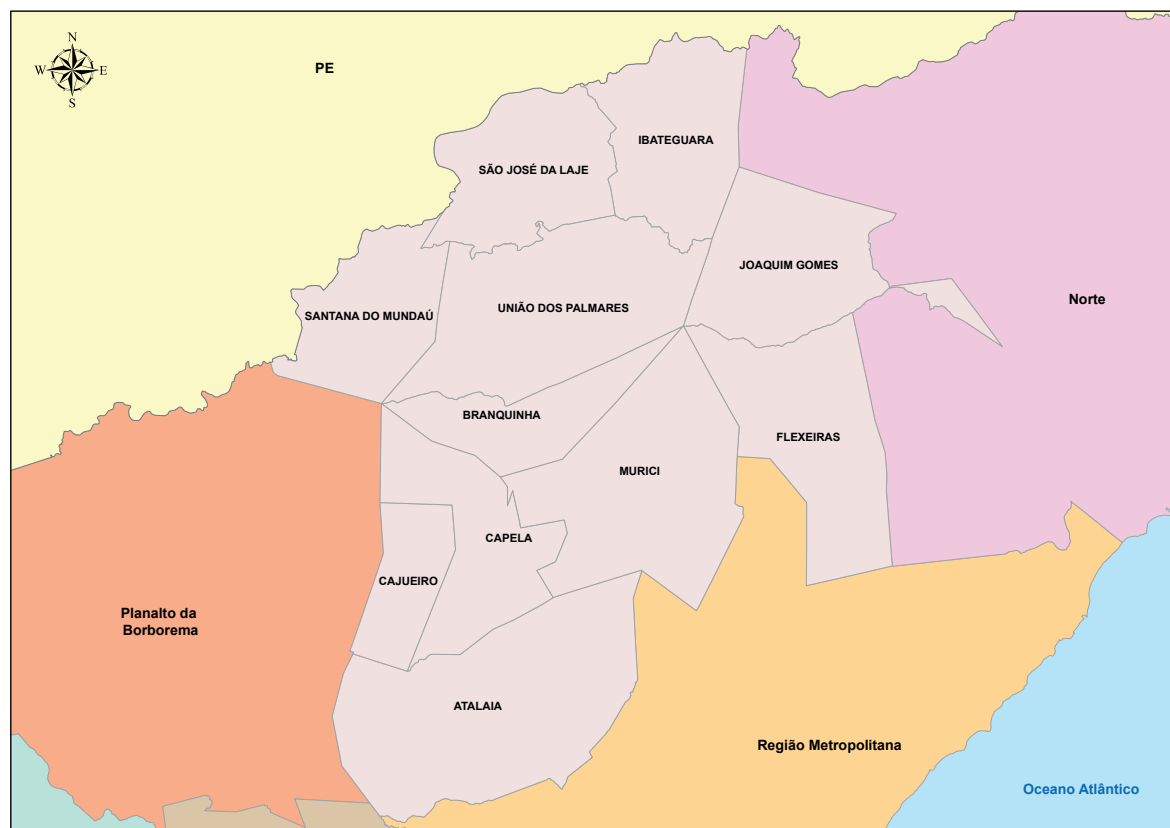
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	229.443
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	- 0,60%
População Urbana 2010 (%)	56,76%
IDH-M Médio 2010 Total	0,573
IDH-M Médio 2010 Renda	0,557
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,749
IDH-M Médio 2010 Educação	0,453
Taxa de Alfabetização 2010	68,2%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	1.064.066,94
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	12,60%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	11,51%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	71,26%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	43,20%
PIB per capita 2010 (R\$)	4.637,60
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	10%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	61%

REGIÃO DO PLANALTO DA BORBOREMA

Belém	Minador do Negrão
Cacimbinhas	Palmeira dos Índios
Chã Preta	Paulo Jacinto
Estrela de Alagoas	Pindoba
Igaci	Quebrangulo
Major Isidoro	Tanque D'arca
Mar Vermelho	Viçosa
Maribondo	

REGIÃO SERRANA DOS QUILOMBOS





A **Região Serrana dos Quilombos** se destaca pela riqueza de seu patrimônio histórico e paisagístico. Cenário de um dos episódios mais marcantes e relevantes da história do país – a constituição e a vida do Quilombo dos Palmares –, essa região vem perdendo importância relativa na sua atividade econômica principal, a cana-de-açúcar.

Polarizada por União dos Palmares, e tendo em Murici e Atalaia dois outros centros urbanos de importância, a Região Serrana dos Quilombos vem abrindo espaço, cada vez mais, para a pecuária de corte e para a fruticultura, nesse último caso com destaque para a produção de laranja no município de Santana do Mundaú.

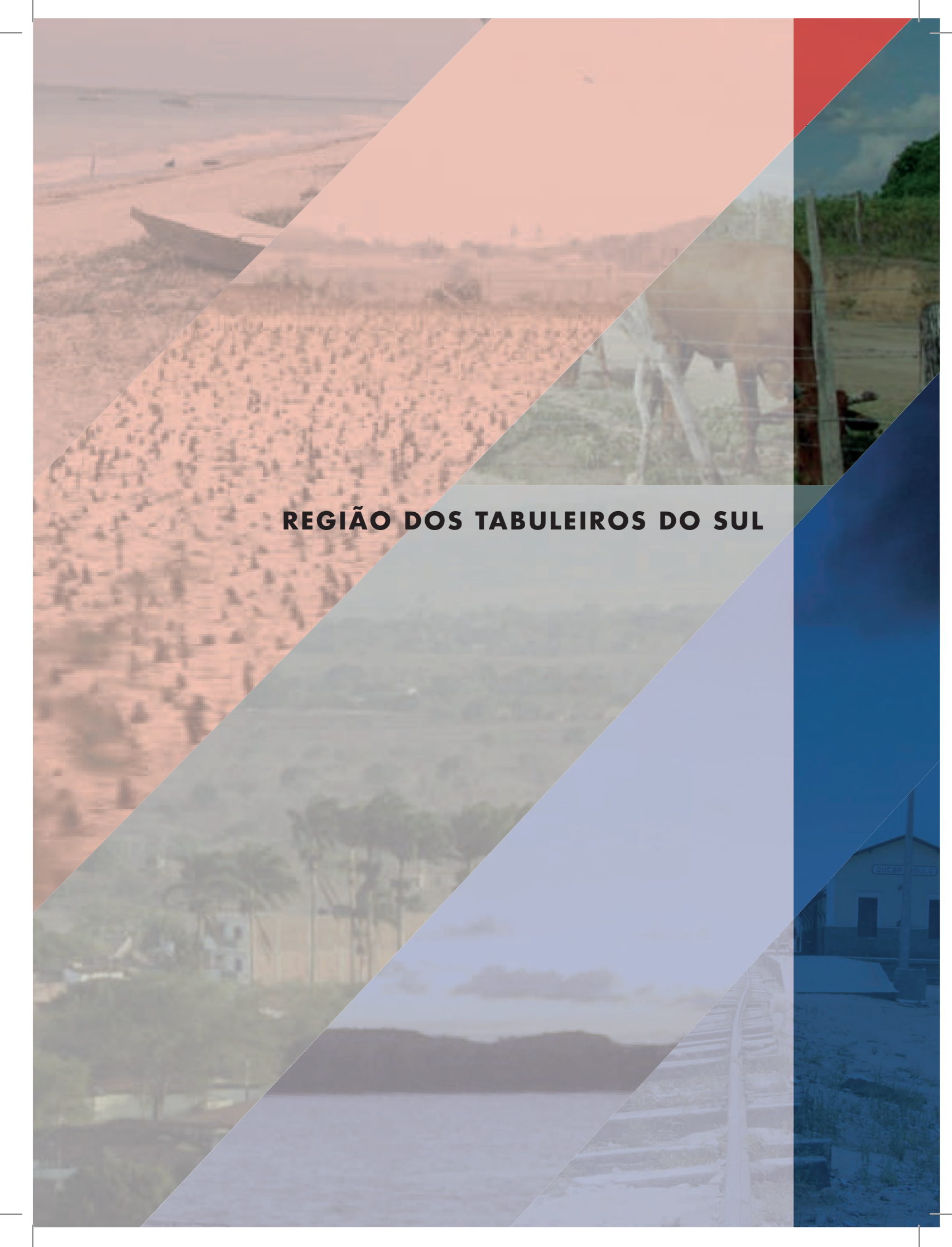
A Serra dos Quilombos teve baixo crescimento demográfico entre 2000 e 2010, e tem alto índice de dependência relativa de transferências intergovernamentais. Políticas de desenvolvimento regional que focalizem o potencial de seu patrimônio e busquem soluções de diversificação produtiva devem ser vistas como essenciais para melhorar os indicadores socioeconômicos da região.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO SERRANA DOS QUILOMBOS

INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	265.155
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	4,20%
População Urbana 2010 (%)	68,22%
IDH-M Médio 2010 Total	0,545
IDH-M Médio 2010 Renda	0,541
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,726
IDH-M Médio 2010 Educação	0,414
Taxa de Alfabetização 2010	68,5%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	1.348.370,67
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	15,09%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	16,16%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	63,32%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	40,36%
PIB per capita 2010 (R\$)	5.085,21
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	87%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	3%

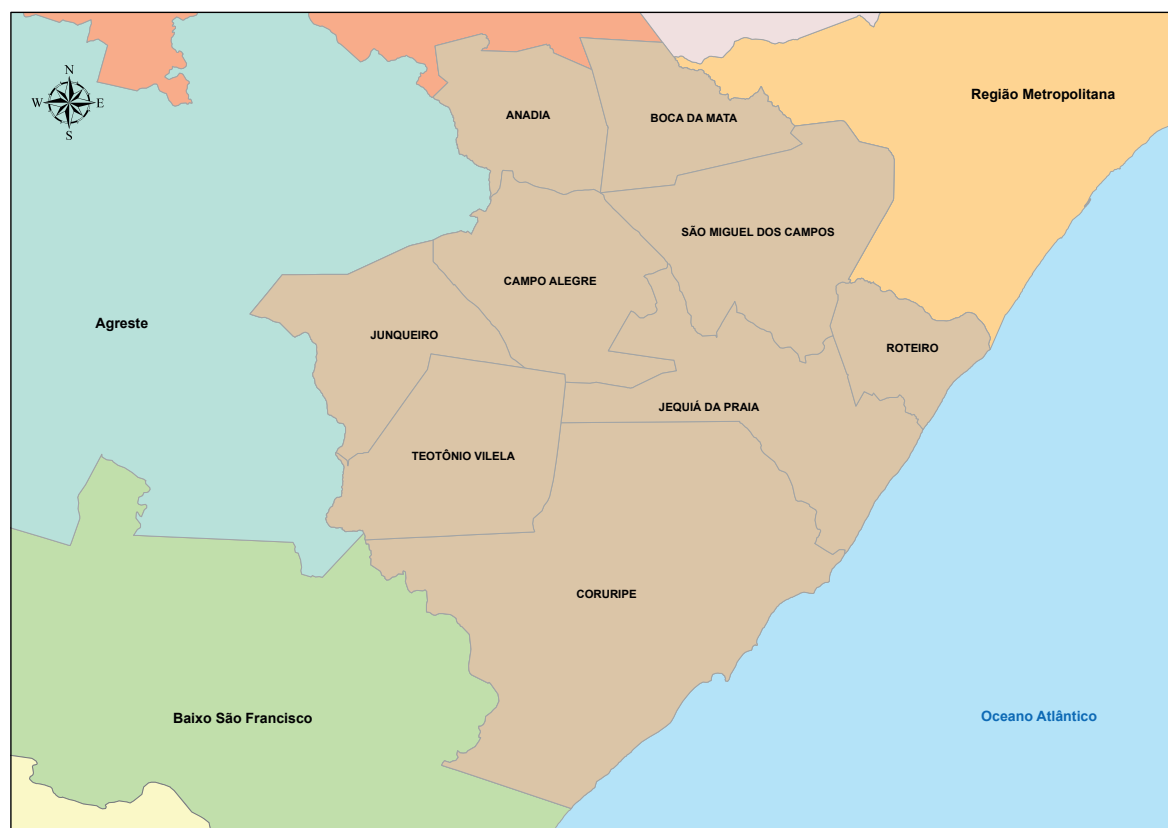
REGIÃO SERRANA DOS QUILOMBOS

Atalaia	Joaquim Gomes
Branquinha	Murici
Cajueiro	Santana do Mundaú
Capela	São José da Laje
Flexeiras	União dos Palmares
Ibateguara	



REGIÃO DOS TABULEIROS DO SUL





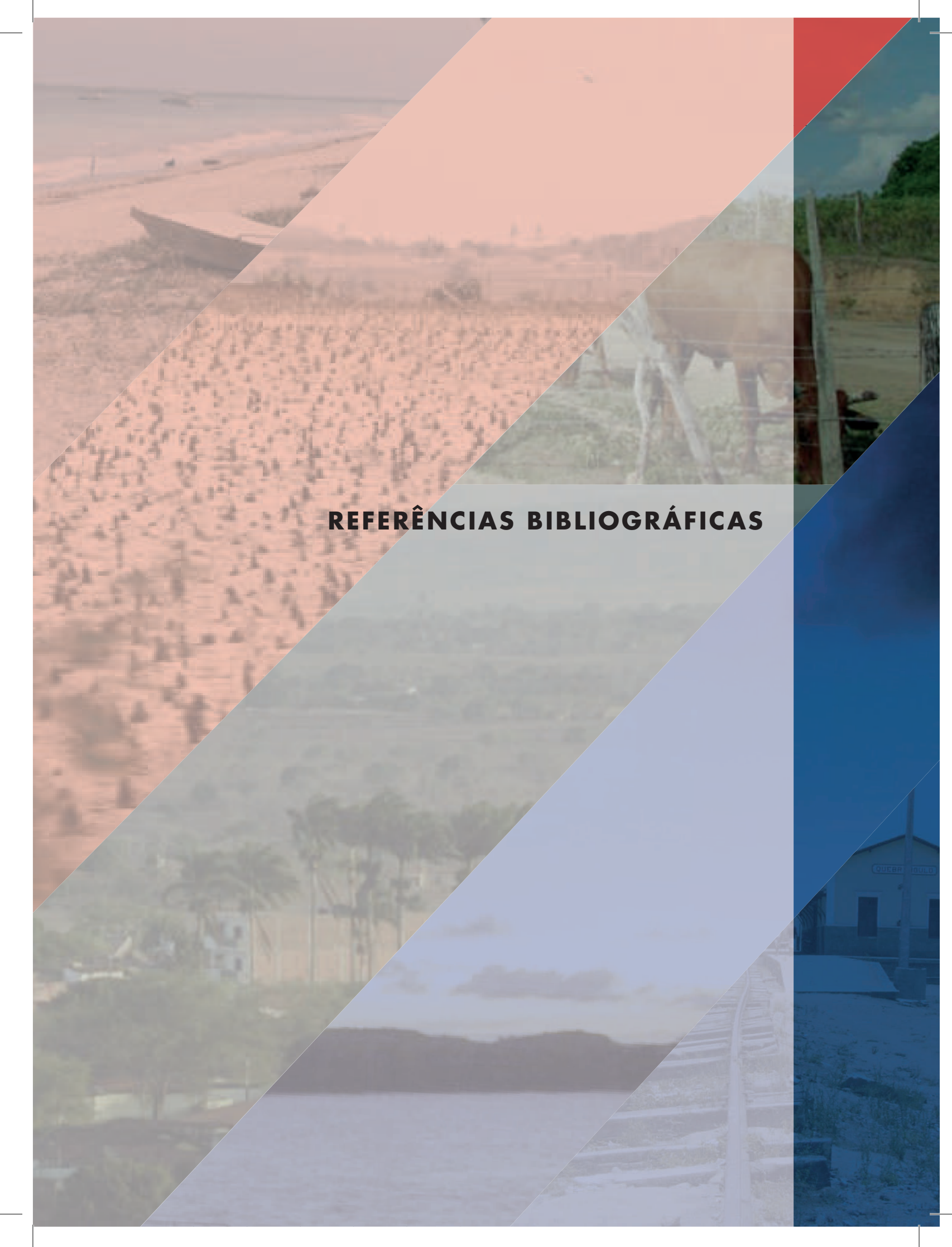
A **Região dos Tabuleiros do Sul** reflete a importância crescente de dois potenciais municípios-polo do Estado: São Miguel dos Campos e Coruripe. Formalmente polarizada por São Miguel, essa região deve ser entendida, na prática, como bi-polarizada.

O conjunto de investimentos previstos para a região, sua importância na articulação rodoviária do Estado, a especialização atingida pela economia da cana, notadamente em Coruripe, e pelo setor industrial, notadamente em São Miguel, somados ao imenso litoral povoado por coqueiros e belas praias, justifica o desenho de políticas regionais específicas, que busquem aproveitar essas dinâmicas visando o desenvolvimento socioeconômico de seu território e de todo o Estado de Alagoas.

Com São Miguel dos Campos e Coruripe como quarto e quinto, respectivamente, municípios com maior valor adicionado industrial no PIB do Estado, e como os dois maiores produtores de cana-de-açúcar de Alagoas (com Coruripe à frente), a Região dos Tabuleiros do Sul deve ser visto como território privilegiado de dinamismo econômico do interior alagoano, ao lado de Arapiraca.

INDICADORES REGIONAIS – REGIÃO DOS TABULEIROS DO SUL	
INDICADORES	VALOR
População 2010 (habitantes)	284.396
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	11,71%
População Urbana 2010 (%)	69,79%
IDH-M Médio 2010 Total	0,577
IDH-M Médio 2010 Renda	0,557
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,739
IDH-M Médio 2010 Educação	0,467
Taxa de Alfabetização 2010	73,8%
PIB 2010 (R\$ 1.000,00)	2.080.227,40
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	27,89%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	17,65%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	47,60%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	27,66%
PIB per capita 2010 (R\$)	7.314,54
Cana de Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	96%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	1%

REGIÃO DOS TABULEIROS DO SUL	
Anadia	Junqueiro
Boca da Mata	Roteiro
Campo Alegre	São Miguel dos Campos
Coruripe	Teotônio Vilela
Jequiá da Praia	



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EGLER, Claudio Antonio G. *Crise e Questão Regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1993.

EGLER, Claudio Antonio G. *Subsídios à caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: configuração e dinâmica da rede urbana*. Petrópolis, 2001.

SILVA, Carmen Andréa da Fonseca; ALBUQUERQUE, Augusto Aragão de; ALENCAR, Ana Paula Acioli & LIMA, Suzana Flávia Cordeiro de. Alagoas: dinâmica urbano-regional do Estado in: *Dinâmica Urbano-Regional. Redes Urbanas e suas interfaces*. Brasília: IPEA, 2011.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro & SIMÕES, Leonardo. *Enciclopédia dos Municípios de Alagoas*. Maceió: Instituto Arnon de Melo, 2012.

FIRJAN. *IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*. Ano base 2010. Rio de Janeiro; FIRJAN, 2012.

SUDENE. *Histórico das divisões regionais de Alagoas*. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1978.

IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.

FREITAS, José Albino G. *Notas para regionalização de Alagoas: análise dos componentes principais da distribuição da área ocupada com produtos básicos*. Maceió: SEPLAN, 1977.

IBAM. *Territórios simultaneamente beneficiados por programas federais e por pagamentos de royalties decorrentes de exploração de petróleo e gás natural: subsídios para o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento sustentável. Proposição das áreas de atuação no Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2009.

IBGE. *Evolução da divisão territorial do Brasil, 1872-2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas*: 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades – REGIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

- IBGE. *Regiões de Influência das Cidades – REGIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE. *Regiões de Influência das Cidades – REGIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios da Geografia Humana*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1921.
- MELÂNIA, Marcio de Mendonça & LIMA, Cristiane Louise. *Regionalização: uma contribuição para desenvolvimento do Estado de Alagoas*. Maceió: UFPE/MPANE, 2012.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento*. Brasília: MIN, 2008.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Elementos para discussão*. Recife: MIN, 2011.
- PEREIRA, Rafael e FURTADO, Bernardo (Org.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: IPEA, 2011. p. 37.
- PERROUX, François. *O Conceito de Pólo de Crescimento. Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL. *Compatibilização e integração das regiões e áreas de segurança pública do Estado de Alagoas*. Maceió: SEDS, 2011.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Indicadores e dados selecionados de saúde em Alagoas*. Maceió: SESAU, 2012.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. *Resumo do processo de elaboração do plano diretor de regionalização da saúde – PDR*. Maceió: SESAU, 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Termo de Aceite da regionalização da assistência social de Alagoas*. Maceió: SEADES, 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE ALAGOAS, *Regionalização e critérios de classificação dos municípios turísticos de Alagoas*. Maceió: SETUR, 2013.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Plano plurianual do Estado de Alagoas - PPA 2004/2007*. Maceió: SEPLANDE, 2005.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Plano plurianual do Estado de Alagoas - PPA 2008/2011*. Maceió: SEPLANDE, 2009.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Plano plurianual do Estado de Alagoas - PPA 2012/2015*. Maceió: SEPLANDE, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, Hermes Magalhães. *Planejamento do Território: Origem e Evolução do modelo Francês*. In: Revista da UCSal. Planejamento Urbano e Regional. Salvador: UCSal: 2003.

TAVARES, Hermes Magalhães. *Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil*. In: Cadernos IPPUR. Número especial sobre Planejamento - Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001/2002.

**DECRETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DO MODELO DE REGIONALIZAÇÃO**

Diário Oficial



Maceio - Quinta-feira

30 de Janeiro de 2014

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS,
INTERMEDIÇÃO E PARCERIAS DE
ALAGOAS - CEPAL
Data: Quinta-feira, 30 de Janeiro de 2014 às 0:00:00

Ano 102 - Número 21

Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

DECRETO N° 30.157, DE 29 DE JANEIRO DE 2014.

INSTITUI AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 107 da Constituição Estadual, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n° 1900-4437/2013,

Considerando o disposto no art. 84, inciso VI, alíneas a e b, da Constituição da República, com a redação da Emenda Constitucional n° 32, de 11 de setembro de 2001,

Considerando a necessidade da implantação de um modelo de regionalização para o planejamento do Estado de Alagoas com pressupostos técnicos que contemplem os referenciais sociais, econômicos e geográficos, dentre outros, e

Considerando, por fim, que o planejamento realizado com base nas potencialidades e especificidades dos municípios, das regiões e suas interações trará a alocação de recursos adequados, contribuindo para a redução das desigualdades intrarregionais,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a divisão regional do Estado de Alagoas para fins de planejamento e formulação dos Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais de acordo com as regiões abaixo:

I – 1ª Região, Metropolitana, composta pelos Municípios de:

- a) Barra de Santo Antônio;
- b) Barra de São Miguel;
- c) Coqueiro Seco;
- d) Maceió (Município polo);
- e) Marechal Deodoro;
- f) Messias;
- g) Paripueira;
- h) Pilar;
- i) Rio Largo;
- j) Santa Luzia do Norte; e
- k) Satuba.

II – 2ª Região, Tabuleiros do Sul, composta pelos Municípios de:

- a) Anadia;
- b) Boca da Mata;
- c) Campo Alegre;
- d) Coruripe;
- e) Jequiá da Praia;
- f) Junqueiro;
- g) Roteiro;
- h) São Miguel dos Campos (Município polo); e
- i) Teotônio Vilela.

III – 3ª Região, Baixo São Francisco, composta pelos Municípios de:

- a) Feliz Deserto;

- b) Igreja Nova;
- c) Olho d'Água Grande;
- d) Penedo (Município polo);
- e) Piaçabucu;
- f) Porto Real do Colégio; e
- g) São Brás.

IV – 4ª Região, Agreste, composta pelos Municípios de:

- a) Arapiraca (Município polo);
- b) Batalha;
- c) Belo Monte;
- d) Campo Grande;
- e) Coité do Nóia;
- f) Craíbas;
- g) Feira Grande;
- h) Girau do Ponciano;
- i) Jaramataia;
- j) Lagoa da Canoa;
- k) Limoeiro de Anadia;
- l) São Sebastião;
- m) Taquarana; e
- n) Traipu.

V – 5ª Região, Planalto da Borborema, composta pelos Municípios de:

- a) Belém;
- b) Cacimbinhas;
- c) Chã Preta;
- d) Estrela de Alagoas;
- e) Igaci;
- f) Major Isidoro;
- g) Mar Vermelho;
- h) Maribondo;
- i) Minador do Negrão;
- j) Palmeira dos Índios (Município polo);
- k) Paulo Jacinto;
- l) Pindoba;
- m) Quebrângulo;
- n) Tanque d'Arca; e
- o) Viçosa.

VI – 6ª Região, Serrana dos Quilombos, composta pelos Municípios de:

- a) Atalaia;
- b) Branquinha;
- c) Cajueiro;
- d) Capela;
- e) Flexeiras;
- f) Ibatiguara;
- g) Joaquim Gomes;
- h) Murici;
- i) Santana do Mundaú;
- j) São José da Laje; e
- k) União dos Palmares (Município polo).

VII – 7ª Região, Norte, composta pelos Municípios de:

- a) Campestre;

b) Colônia Leopoldina;
c) Jacuípe;
d) Japaratinga;
e) Jundiá;
f) Maragogi (Município polo);
g) Matriz de Camaragibe;
h) Novo Lino;
i) Passo de Camaragibe;
j) Porto Calvo;
k) Porto de Pedras;
l) São Luís do Quitunde; e
m) São Miguel dos Milagres.
VIII – 8ª Região, Médio Sertão, composta pelos Municípios de:

a) Carneiros;
b) Dois Riachos;
c) Jacaré dos Homens;
d) Maravilha;
e) Monteirópolis;
f) Olho d'Água das Flores;
g) Olivença;
h) Ouro Branco;
i) Palestina;
j) Pão de Açúcar;
k) Poço das Trincheiras;
l) Santana do Ipanema (Município polo);
m) São José da Tapera; e
n) Senador Rui Palmeira.

IX – 9ª Região, Alto Sertão, composta pelos Municípios de:

a) Água Branca;
b) Canapi;
c) Delmiro Gouveia (Município polo);
d) Inhapi;
e) Mata Grande;
f) Olho d'Água do Casado;
g) Pariconha; e
h) Piranhas.

Art. 2º Os planos de desenvolvimento regional e as metas da Administração Pública Estadual, estabelecidas nos Planos Plurianuais, nas Leis Orçamentárias Anuais para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, serão regionalizadas com base no recorte regional estabelecido neste Decreto.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 29 de janeiro de 2014, 198ª da Emancipação Política e 126ª da República.

TEOTONIO VILELA FILHO
Governador

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR TEOTONIO VILELA FILHO, GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE 29 DE JANEIRO DE 2014, DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

PROC.1900-4437/13, da SEPLANDE = De acordo. Lavre-se o Decreto. Em seguida, remetam-se os autos à SEPLANDE para as providências a seu cargo.

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY
Diretor de Publicação, Documentação e Arquivo

Gabinete Civil

O SECRETÁRIO-CHEFE DO GABINETE CIVIL, ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO, EM DATA DE 29 DE JANEIRO DE 2014, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROC.1204-81/14 do CBMAL = Preliminarmente, encaminhem-se os autos à SEDS para pronunciamento conclusivo de seu Titular sobre o pedido formulado pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, mediante o Ofício nº 019/2013 – GCG de fls. 02. Voltando, para consideração do Chefe do Poder Executivo.

PROC.1101-145/14 da ELETROBRÁS = Encaminhem-se os autos à CASAL para pronunciamento conclusivo de seu Titular a respeito da matéria a que se refere a CTA-DC-007/2014 de fls. 2, oriunda da Eletrobrás Distribuição Alagoas. Voltando.

PROC.1101-43/13 da PGJ = Encaminhem-se os autos à SEDS para ciência de seu atual Titular do teor Ofício nº 017/2014 – GAB/PGJ de fls. 2, e da documentação que o acompanha (Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/2013 - PGJ) de fls. 3/5, e adoção das providências cabíveis ao seu fiel cumprimento, arquivando-se em seguida.

PROC.140566-640/13 da EMATER = Retornem os autos à AMGESP para atendimento da solicitação inserta no DESPACHO PGE/PLIC Nº 47/2014 de fls. 46 da douta Procuradoria Geral do Estado, evoluindo o processo diretamente àquele órgão de opinamento jurídico para análise conclusiva da matéria.

PROC.1101-3612/13 do CET = Retornem os autos ao CETRAN para, nos termos do Decreto Estadual nº 3.775, de 24 de outubro de 2007, fazer à juntada aos presentes autos das indicações oriundas dos órgãos indicados no Ofício-CETRAN Nº 314/2013 de fls. 2, para fins de composição dos membros desse órgão colegiado. Voltando, para consideração do Chefe do Poder Executivo.

PROC.2100-2245/13 da SEDS = Nesse sentido, e com fundamento no art. 35 do Decreto Estadual nº 3.981, de 28 de fevereiro de 2008, impõe-se a rejeição à proposta de ato normativo de que trata o presente processo, pelas razões acima delineadas, com a devolução dos autos ao órgão de origem. À Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS para ciência.

PROC.1101-181/14 do SINTRANCOMP/AL = Encaminhem-se os autos à SEFAZ, para ciência e providências que julgar pertinentes, tendo em vista o teor do Ofício nº 010/2014 de fls. 02, oriundo do SINTRANCOMP/AL.

PROC.1101-183/14 do SINTRANCOMP/AL = Encaminhem-se os autos à SEFAZ, para ciência e providências que julgar pertinentes, tendo em vista o teor do Ofício nº 009/2014 de fls. 02, oriundo do SINTRANCOMP/AL.

PROC.1101-185/14 da SDH/PR = Encaminhem-se os autos à SEMCDH, para ciência e providências que julgar pertinentes, tendo em vista o teor do Ofício nº 060/2014 – SGPDH/SDH/PR de fls. 02, oriundo da SDH/PR.

PROC.1700-3794/13 da SESAU = Em seguida, e após a manifestação desse órgão, evolua o processo diretamente à SEFAZ, para pronunciamento técnico no âmbito de sua competência, tendo em vista as conclusões a que chegou a PGE acerca da matéria. Voltando, ao final, para subsidiar decisão do Chefe do Poder Executivo.

PROC.1101-188/14 da SEAGRI = Retornem os autos à SEAGRI para informar se esse órgão já tomou as necessárias providências no sentido de solicitar, junto à douta PGE, a reintegração de posse da área a que se refere o OFÍCIO Nº 063/2014/SEAGRI/GS de fls. 2. Caso já tenham sido adotadas tais providências, solicito informar ao Chefe do Poder Executivo, por meio do Gabinete Civil, se houve decisão judicial a respeito, encaminhando cópia da mesma. Voltando.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DO GABINETE CIVIL, FRANKLIN ADRIANO CARDOSO DE BARROS, EM DATA DE 29 DE JANEIRO DE 2014, DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

PROC.1101-158/14 da CEF = À STE para ciência e devidos fins.

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY
Diretor de Publicação, Documentação e Arquivo

Secretaria de Estado do
Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico

